

A ACULTURAÇÃO COMO MODELO INTERPRETATIVO: O ESTUDO DE CASO DA ROMANIZAÇÃO¹

Pedro Paulo Abreu Funari²

Renata Senna Garraffoni³

Resumo

O objetivo da conferência é discutir como a teoria pós-colonial permite o questionamento das noções de identidade romana e da teoria de Romanização. A conferência explora diferentes modelos teóricos e foca em dois tópicos relacionados: inicialmente discutiremos como o modelo de aculturação promoveu uma explicação homogênea e conservadora do passado romano para, em seguida, argumentar que o estudo da diferença e da alteridade é um instrumento importante para propor modelos mais heterogêneos do Império Romano.

Palavras chave

Identidade romana; romanização; aculturação.

Abstract

The aim of this conference is to discuss how post-colonial approach can help us to rethink Roman identity and the theory of Romanization. The conference explores different theoretical models and focuses in two inter-related topics: first we shall discuss how acculturation model promoted a more homogenous and conservative understanding of the Roman past and then we shall argue how difference and otherness can be an important tool to propose a more heterogeneous approach to the Roman Empire.

¹ Conferência. Colóquio – O Império Romano e suas províncias: a integração e seus limites”. Museu de Arte de São Paulo, Brasil, 28-29 de março de 2012.

² Professor Titular – Universidade Estadual de Campinas, Brasil. E-mail: ppfunari@uol.com.br

³ Professora Associada – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. E-mail: resenna93@gmail.com

Keywords

Roman identity; Romatization; Acculturation.

Prima di tutto, chiediamo scusa ai nostri colleghi italiani, in maggioranza tra gli stranieri, ma abbiamo scritto in nostro saggio in inglese, cosiché tutti capiranno [“em primeiro lugar, pedimos desculpas aos nossos colegas italianos, que são maioria entre os estrangeiros aqui presentes, mas nós redigimos o nosso ensaio em inglês, para que todos possamos entendê-lo”].

Für Professor Winterling: wir sind sehr glücklich Professor Winterling ist hier heute mit uns, willkommen! [“Ao Professor Winterling: estamos muito felizes em ter a presença do Professor Winterling hoje entre nós. Seja bem-vindo!”]

Queremos iniciar agradecendo aos organizadores desta conferência a respeito do Império Romano e suas províncias, integração e limites. Em particular, somos gratos ao Dr. Carlos Augusto Ribeiro Machado, que nos convidou a participar das discussões. É uma honra e um prazer podermos aprender e discutir questões tão importantes quanto a interpretação do mundo romano com colegas como Attilio Mastino, Maria Isabel Fleming, Guido Clemente, Norberto Guarinello, Paolo Liverani, e Aloys Winterling, entre outros. Por isso, nossa gratidão. Devemos também mencionar que nossas posições advêm das discussões epistemológicas que resultaram de nossa experiência em diversas instituições, desde as nossas universidades - a Unicamp e a UFPR - até instituições como a UCL, University of Durham, WAC, Barcelona e outras, contando com o apoio frequente de agências financiadoras como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a CAPES, a National Science Foundation e a British Academy, entre outras, cujo contínuo suporte devemos reconhecer. Essas reflexões são também fruto de nossos diálogos com Richard Hingley e Greg Woolf, entre muitos outros.⁴ A responsabilidade por essas ideias, entretanto, recai unicamente sobre nós.

Nosso objetivo hoje é iniciar uma discussão epistemológica dos fundamentos por trás da romanização como um modelo interpretativo, mostrando em seguida como ela tem sido utilizada e criticada.

⁴ Como André Leonardo Chevitarese, Margarida Maria de Carvalho, Marina Cavichioli, John Collins, Margarita Díaz-Andreu, Lourdes Conde Feitosa, José Geraldo Costa Grillo, Norberto Luiz Guarinello, Martin Hall, Siân Jones, Jonas Machado, Júlio César Magalhães de Oliveira, Paulo Nogueira, Lluís Pons Haroldo Reimer, José Remesal, Monica Selvatici, Glaydson José da Silva e Thomas Skidmore.

Começamos, pois, com a aculturação, introduzindo a discussão antropológica do seu conceito. O seu modelo foi fundamentado pelo entendimento de que as sociedades são delimitadas, homogêneas e estáveis, enquanto as pessoas são vistas como gregárias e obedientes às leis. Assim, as normas e regras sociais são vistas como aceitas pela maioria e resistidas por aqueles que têm um comportamento divergente. Tais modelos normativos se opuseram a diferentes conjuntos de entidades homogêneas, primariamente compostas por sociedades civilizadas superiores, diante de sociedades bárbaras e inferiores. A aculturação teria sido, assim, o influxo de populações atrasadas e divergentes rumo às altas classes e elites civilizadas, em um processo de transição de um meio inferior para um superior. Tal esquema de pensamento se aplicava às sociedades ocidentais dominantes e também às relações entre as potências coloniais e as sociedades periféricas submetidas ao seu jugo, nas quais os assim-chamados ‘bárbaros’ tratavam de emular seus governantes coloniais superiores (Hingley, 1985).

Portanto, a aculturação está na raiz de todos aqueles fundamentos conservadores e – dizemos ‘conservadores’ à medida que eles enfatizam a estabilidade, a reprodução e a emulação (Webster, 2001). Reconhecendo a importância do estudo da aculturação e os diferentes pontos de vista pelos quais o problema havia sido abordado até então, em 1935, o Social Science Research Council dos EUA criou um comitê com o objetivo de analisar o estado da arte a respeito do tema, para estudar as implicações do termo “aculturação” e explorar novos caminhos possíveis para sua investigação. Após algumas reuniões, um esboço foi redigido como um primeiro passo para esclarecer o problema e auxiliar no esforço de classificar os estudos já realizados (Redfield, Linton, Herskovits, 1936: 152), chegando aos seguintes resultados possíveis para as interações envolvendo diferentes pessoas:

“Os resultados da aculturação:

A. Aceitação: onde o processo de aculturação é ocasionado pela apoderação da maior parte de outra cultura e pela perda da parte predominante da antiga herança cultural; com a anuência dos membros do grupo aquiescente e, como resultado, sua assimilação não só dos padrões comportamentais, mas também dos valores intrínsecos da cultura com a qual eles passaram a ter contato.

B. Adaptação: onde as características originárias e as estrangeiras se combinam e geram um todo cultural de funcionamento harmonioso, que é, na realidade, um mosaico histórico; seja com uma reconfiguração dos padrões das duas culturas na forma de um conjunto significativo e harmonioso para os indivíduos envolvidos, ou pela retenção de uma série de atitudes e pontos de vista mais ou menos conflitantes, capazes de se reconciliar na vida cotidiana à medida que surjam ocasiões específicas.

C. Reação: onde, como consequência da opressão ou de efeitos imprevistos da aceitação de traços estrangeiros, surgem movimentos contra-aculturativos – movimentos estes que mantêm sua força psicológica (a) como compensação por uma inferioridade imposta ou assumida; ou (b) como fruto do prestígio que um retorno a condições pré-aculturativas anteriores possa trazer aos que deles participam”.

As palavras-chave são *assimilação* (tornar-se algo diferente), *todo harmonioso e retenção* de traços reconciliados (homogeneidade e estabilidade), *inferioridade e reação* (comportamento divergente por inferiores). Apesar de estarem expostos aos princípios antropológicos da década de 1930, esses conceitos têm raízes em realidades sociais e discussões intelectuais bem anteriores, do séc. XIX (Díaz-Andreu, 2007). Em primeiro lugar, todos eles foram propostos como os pilares centrais do então recém-criado Estado nacional: a assimilação de todos em uma unidade (por exemplo, o povo judeu, a ser aceito e emancipado, contanto que possa ser assimilado); a nação como um todo harmonioso (*ein Land, ein Volk, eine Sprache*, “uma terra, um povo, uma língua”, no famoso slogan do Estado nacional; cf. Thiesse, 2001; Grosby, 2005); e a inferioridade e a reação de pessoas ordinárias e sujeitos colonizados.

Por um longo tempo, os movimentos sociais criticaram esses fundamentos de forma contínua e consistente. Anarquistas, comunistas, socialistas, ativistas do sufrágio feminino, feministas, ativistas dos direitos civis, libertários gays e religiosos; todos eles desafiaram a homogeneidade, as dicotomias entre superior-inferior e civilizado-bárbaro, e ainda mais o conceito de divergência, *deviation* (Funari, Jones, Hall, 1999). Com o seu amplo alcance, tais movimentos sociais têm reconfigurado o modo como a teoria social buscou entender a sociedade como uma entidade heterogênea e conflitiva. A maneira como interpretamos o conflito na sociedade depende diretamente da maneira como entendemos a própria sociedade. Os modelos normativos tradicionais consideraram as culturas como entidades homogêneas engenhosamente delimitadas (Mullins, 1999:32). Tal ideia está ligada à definição conhecida e, hoje, clássica de Childe (1935:198): “A cultura é um patrimônio social; ela corresponde a uma comunidade, compartilhando instituições *comuns* e maneiras de viver *comuns*” [tradução livre; ênfase nossa]. Essa definição implica em harmonia e unidade na sociedade, uma comunhão de interesses e, portanto, uma ausência de conflito (Jones, 1997:15-26). As raízes de tal compreensão da vida social estão, por um lado, em Aristóteles e sua definição da sociedade como uma *koinonia*, isto é, uma parceria (cf. Aristóteles, *Política* 1252a7). O compartilhamento de valores numa cultura homogênea implica a aceitação de características generalizantes e traços comuns compartilhados por todos (cf. Aristóteles, *Política* 1328a21).

Homogeneidade também é um conceito informado por movimentos capitalistas nacionalistas (Handler 1988). As culturas e nações foram vistas pela ideo-

logia burguesa como entidades delimitadas, unificadas, e a história foi concebida como o produto das ações e eventos associados a tais entidades homogêneas. Nesse contexto, generalizar implica em homogeneizar – e existe uma crescente insatisfação com essa abordagem normativa para a interpretação da vida social (cf. Skidmore, 1993:382). A natureza holística e monolítica das culturas e sociedades já foi questionada por diversos estudos empíricos e teóricos nas décadas recentes (Bentley, 1987; Jones 1997a). A homogeneidade, a ordem e o sentido de uma delimitação têm sido associados ao pressuposto *a priori* de que o que caracteriza as sociedades é a estabilidade, e não o conflito. Entretanto, um crescente número de evidências e o exame crítico do pensamento social têm desafiado essa visão tradicional, considerando a sociedade como uma realidade heterogênea, com frequentes construções conflituosas de identidade cultural. A heterogeneidade, a fluidez e a contínua mudança também implicam na existência de diversas entidades, que muitas vezes se modificam dentro da sociedade.

Todos os fundamentos normativos por trás de conceitos como a helenização e a romanização foram aplicados ao mundo antigo em meio a projetos imperiais modernos (cf. Pons, 2012). Porém, nas décadas recentes, os modelos normativos criticados pelos movimentos sociais e – depois, e consequentemente – pelos intelectuais, questionaram a maneira como o mundo antigo foi percebido. Essa crítica pós-colonial e pós-moderna dos fundamentos conservadores levou a novos modos de entender as sociedades antigas e modernas, que passaram a ser vistas como realidades heterogêneas, conflituosas e diversas, contendo relações e interações sociais fluidas. Conceitos como a creolização, o hibridismo e a mestiçagem sempre enfatizam uma mescla de interações e intercâmbios contínuos. O estudo do mundo antigo, em resposta a tudo isso, implodiu a maioria dos fundamentos normativos tradicionais ao explorar aspectos da vida social como o uso de diferentes línguas ao mesmo tempo e as tensões entre diferentes identidades religiosas e étnicas, em meio a uma longa lista de assuntos que exploram a diversidade, ao invés da homogeneidade. Essa lista inclui temas como o patronato (Clemente, 1972), as tradições orais (Liverani, 2006), e a alimentação e o abastecimento (Remesal, 2011).

Reconhecendo que “não havia um ‘romanês’ uniformizado”, tal como afirmou recentemente Danijel Dzino (2011: 60), vale a pena citar os comentários feitos há mais de uma década por Jane Webster (2001: 223), quando propôs o uso da creolização com vistas a uma compreensão menos restritiva da Roma antiga:

(...) as inadequações da romanização como um modelo para lidar com o contato e a mudança cultural nas províncias romanas se tornou cada vez mais

visível e esse modelo aculturador deveria ser descartado em favor do conceito de creolização... Já é hora de nos voltarmos das elites – às quais tanto trabalho já foi dedicado – para outras categorias sociais: os pobres urbanos, os pobres rurais e os grupos sociais tecnicamente mais invisíveis no mundo antigo, que são os escravizados.

O recurso a analogias envolvendo situações modernas se disseminou, como nos atesta um artigo recente de Leyla Çaglar (2011: 136), que também deve ser citado:

O argumento de que a pesquisa a respeito da creolização romana deve se basear em estudos da cultura material cotidiana, incluindo artefatos como potes, tubos de argila, receitas, etc., tem alguns paralelos com a maneira como o surgimento de culturas crioulas nas Américas é estudado.

Como argumentamos em um artigo recém-publicado (Garraffoni e Funari, 2012), o enfoque no ‘passado excluído’ em meio a um esforço de aceitar a existência de visões negadas da história e da arqueologia romana pode se tornar uma ferramenta política útil para desafiar a historiografia tradicional e interpretações normativas da sociedade atual. Como afirmou Aloys Winterling (2009: 1), “são necessários conceitos, não de unidade, e sim de diferença”. O estudo dos grupos excluídos na Roma antiga, por meio de uma abordagem teórica crítica, auxilia-nos a desafiar as visões focadas nas elites e permite-nos buscar um engajamento social e político com um olhar para histórias negligenciadas no passado e no presente (Silva e Feitosa, 2009).

Consideremos, por exemplo, as palavras de Attilio Mastino (1993: 458) a respeito da diversidade, da resistência e das especificidades locais da Sardenha durante os tempos romanos:

L’isola ha mantenuto una forte tradizione indigena legata alla civiltà dei nuraghi: civiltà evoluta ma analfabeta, almeno allo stato della documentazione attuale, per quanto non manchino le segnalazioni, fin qui non sufficientemente chiarite, di iscrizioni riferite genericamente ad età nuragica, con espressioni del sostrato paleosardo [“A ilha manteve uma forte tradição nativa ligada à civilização dos nuragues: uma civilização desenvolvida, porém analfabeta, considerando os documentos hoje disponíveis, apesar dos traços – que ainda não são suficientemente claros – de inscrições do período nurágico, como expressão de um antigo substrato sardo”].

Nesse sentido, os influxos de situações periféricas – como a da América Latina – são bastante claros, tal como indicam os estudos ligados a questões de gênero (Feitosa, 2004; Cavicchioli, 2008; Reimer, 2009), sexualidade (Garraffoni, 2010), violência e resistência (Grillo, Garraffoni e Funari 2011) populações pobres e excluídas (Funari 1993; Magalhães de Oliveira, 2006)

e escravidão (Joly, 2005), contribuindo para uma ampliação do papel da história antiga para a compreensão das questões modernas (Carvalho e Funari, 2007). Isso também se aplica a questões relacionadas a identidades e conflitos religiosos (Guerra et alii 2003; Selvatici 2008; Chevitarese e Cornelli, 2009; Machado, 2010; Nogueira, Funari, Collins, 2010; Carlan 2011) e parataxe (Martins, 2010). Um horizonte a partir da periferia tem se mostrado produtivo (Guarinello, 2008).

Homenageando os nossos colegas italianos, é talvez particularmente apropriado concluir esse rápido ensaio citando Salvatore Settis (2006: 110), quando propôs que os estudos romanos sejam “uma chave eficaz para acessarmos a multiplicidade de culturas no mundo moderno e o auxílio que ele pode nos dar para a compreensão da forma como essas culturas estão se interpenetrando”.

Somos imensamente gratos pela sua paciência.

Referências Bibliográficas

Bentley, G.C. “Ethnicity and Practice”. *Comparative Studies in Society and History* 29, 1987, 24-55.

Çaglar, L.R. Romanisation or no romanisation, that is the question of socio-linguistic in the Roman Empire, *Synergies Turquie*, 4, 2011, 131-138.

Carlan, C.U. Coins and power in Rome: political ideology in the 4th century.. In: David Hernández de la Fuente (Org.). *News perspectives on late Antiquity*.. 1 ed. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2011, v. 1, p. 150-157.

Carvalho, M.M.; Funari, P.P.A. Os avanços da história antiga no Brasil: algumas ponderações, *História*, 26, 1, 2007, 14-19.

Cavicchioli, M.R. The erotic collection of Pompeii: archaeology, identity, and sexuality. In: Funari, P.P.A.; Garraffoni, R.; Letalien, Bethany (Org.). *New perspective on the Ancient World. modern perceptions, ancient representations*. Oxford: Archeopress, v. 1782, 2008: 187-194.

Chevitarese, A.L.; Cornelli, G. Religious syncretism in Mediterranean Hellenistic culture. *Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico e sua Recepção*, v. ano 2, p. 1-10, 2009.

Childe, V.G. (1935). “Changing methods and aims in Prehistory”, Presidential Address for 1935. *Proceedings of the Prehistoric Society* 1:1-15.

Clemente, G. "II patronato nei collegia dell'Impero Romano", *Studi classici e orientali* 21 (1972), 142-229.

Díaz-Andreu, M. *A world history of nineteenth-century archaeology*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

Dzino, D. *Becoming Slav, becoming Croat, Identity transformations in Post-Roman and early medieval Dalmatia*. Leiden, Brill, 2011.

Feitosa, L.M.G.C. Amor y sexualidad en el universo popular pompeyano. *Revista Habis*, Sevilla, v. 35, 2004: 285-290.

Funari, P.P.A. Graphic caricature and the ethos of ordinary people at Pompeii. *European Journal of Archaeology*, v. 1, n. 2, p. 133-150, 1993.

Funari, P.P.A.; Jones S. & Hall, M. Introduction: archaeology in history, in P.P.A Funari, M. Hall & S. Jones (eds), *Historical archaeology, back from the edge*, Londres, Routledge, 1-20, 1999.

Garraffoni, R.S. Via del Lupanar em Pompéia: contribuições da arqueologia para repensar política e sexualidade no mundo romano. In: Oliveira, T. (Org.). *História e historiografia da educação nos clássicos: estudos sobre Antiguidade e Medievalo*. Dourados: UEMS, 2010: 57-71.

Garraffoni, R.S.; Funari, P.P.A. The uses of Roman heritage in Brazil: traditional reception and new critical approaches, *Heritage and Society*, 5, 1, 2012.

Grillo, J.G.C. (Org.); Garraffoni, R.S. (Org.); Funari, P.P.A. (Org.). *Sexo e violência: realidades antigas e questões contemporâneas*. 1. ed. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011. v. 1. 283 p.

Grosby, S. (2005) *Nationalism*. Oxford, Oxford University Press.

Guarinello, N.L. A Morphology of Ancient History from a tropical, half-European viewpoint. In: Pedro Funari; Renata Garraffoni; Bethany Letalien. (Org.). *New perspectives on the ancient world*. 1 ed. Oxford: Archeopress, 2008, v. 1, p. 1-248.

Guerra, A.; Schattner, T.; Fabião, C.; Almeida, R. Nova investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6, 2, 2003, 415-479.

Handler, R. (1988). *Nationalism and politics of culture in Quebec*. University of Wisconsin Press. Madison.

HINGLEY, R. (2005) *Globalizing Roman culture. Unity, diversity and empire*, London: Routledge.

JOLY, F.D. A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2005.

JONES, S. "Nationalism, archaeology and the interpretation of ethnicity in ancient Palestine". *Boletim do CPA* 3, 1997, 49-80. Campinas. Brazil.

JONES, S. *The Archaeology of ethnicity*. Constructing identities in the past and present. London: Routledge: 1997a.

LIVERANI, P. Immagine, scrittura e oralità, in I. Colpo – I. Favaretto – F. Ghedini (a cura di), *Iconografia* 2005. Immagini e immaginari dall'antichità classica al mondo moderno (Atti del Convegno Internazionale, Venezia, 26-28 gennaio 2005), Quasar, Roma, 2006, pp. 261-266.

MACHADO, C. Roman aristocrats and the christianization of Rome. In: Brown, P.R.L.; Lizzi Testa, R.. (Org.). *Pagans and Christians in the Roman Empire: the breaking of a dialogue (IVth-VIth Century A.D.)*. Proceedings of the International Conference at the Monastery of Bose (20-22 October 2008), (Christianity and History, 9). Münster: LIT Verlag, 2011, v., p. 493-516.

Machado, Jonas. Identidade paulina em construção: de Saul o fariseu a Paulo o apóstolo de Jesus Cristo. In: Paulo Augusto de Souza Nogueira; Pedro Paulo A. Funari; John J. Collins. (Org.). *Identidades fluídas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. 1ª ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010, v. 1, p. 283-329.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J.C. "Vt maiores pagani non sint!" Pouvoir, iconoclasme et action populaire à Carthage au début du Ve siècle (Saint Augustin, sermons 24, 279 et Morin 1). *Antiquité tardive: revue internationale d'histoire et d'archéologie (IVe-VIIIe s.)*, v. 14, p. 245-262, 2006.

MARTINS, P. Parataxe e Images. *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, v. 24/25, p. 141-175, 2010.

MASTINO, A. Analfabetismo e resistenza: Geografia epigrafica della Sardegna, In: Calbi, Alda; Donati, Angela; Poma, Gabriella (a cura di). *L'epigrafia del villaggio*. Faenza, Fratelli Lega Editori. p. 457-536, 1993. (Epigrafia e antichità, 12).

MULLINS, P.R. (1999). *Race and affluence. An archaeology of African America and consumer culture*. Kluwer/Plenum. New York.

NOGUEIRA, P.; Funari, P.P.A. (Org.); Collins, J.J. (Org.). *Identidades fluídas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2010. v. 01. 345 p.

PONS, L. quae sunt Caesaris, Caesari, et quae sunt Dei, Deo (Mt. 22, 21). El imperio colonial francés en el norte de África y la recogida de datos arqueológicos, *Visions de l'Occident Romain*, Paris, De Boccard, 2012, 308-320.

REDFIELD, R.; LINTON, R.; HERSKOVITS, M.J. Memorandum for the study of acculturation, *American Anthropologist*, New Series, Vol. 38, No. 1 (Jan.-Mar. 1936), pp. 149-152.

REIMER, H. Dialogue and feminin: about two absences in Luke 15,11-32. In: Christina Duncker; Katrin Keita. (Org.). *Lieblingsfrauen der Bibel und der Welt*. Norderstedt: BOD, 2009, v., p. 152-159.

REMESAL, J. Producción y consume de vino y salazones en la España romana, Blázquez Martínez, JM^a; *Historia económica de España en la antigüedad*, Madrid, 2011, 193-231.

SELVATICI, M. Ethnicity and ancient Judaism: Jewish identities in 1st century Alexandria and Antioch. In: Pedro Paulo Funari; Renata S. Garraffoni; Bethany Letalien (Org.). *New Perspectives on the Ancient World: modern perceptions, ancient representations*. Oxford: Archaeopress, 2008, v., p. 213-220.

Settis, S. *The future of the 'classical'*. Cambridge: Polity Press, 2006.

Silva, G.J. FEITOSA, L.M.G.C. O mundo antigo sob lentes contemporâneas. In: Funari, P.P.A., Silva, M.A.O. (eds). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2009: 209-250.

Skidmore, T. (1993). *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. Durham, London. Duke UP.

Thiesse, A.M. *La création des identités nationales, Europe XVIIIe.-Xxe. siècles* (Paris, Éditions du Seuil, 2001).

Webster, J. Creolizing the Roman provinces, *American Journal of Archaeology*, 105, 2, 2001, 209-225.

Winterling, A. *Politics and society in ancient Rome*. Chichester, Willey, 2009.